

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2024
DISPENSA ELETRÔNICA 005/2024
ID 41810

LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Art. 75, inciso II

OBJETO: 200 camisas personalizadas com a arte.

INÍCIO DA DISPUTA: 11 DE SETEMBRO DE 2024 ÀS 14:00 de 2024 Horário de Brasília

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES ELETRÔNICAS LICITAR DIGITAL –

<https://licitar.digital/>TELEFONE: (31)3191-0707

E-MAIL: CONTATO@LICITARDIGITAL.COM.BR

Torna-se público que a Prefeitura Municipal da Cidade do Recife, por meio da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação (SECTI) Divisão de Compras, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço Global, na hipótese do **art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21**, Instrução Normativa Nº 05, de 07 de dezembro de 2023 e demais legislações aplicáveis.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO

3.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da dispensa eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

3.2 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Recife, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

3.3 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes à dispensa eletrônica.

3.4 - A participação na dispensa eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

3.5 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

3.6 Para que seja possível a apresentação de propostas o licitante deverá confirmar positivamente as seguintes declarações no sistema eletrônico:

() Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

() Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

() Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
SECRETARIA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
GERÊNCIA GERAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

() Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

() Declaro que estou ciente das condições para participação deste processo e concordo com os locais para o cumprimento das obrigações objeto desta dispensa, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

() Declaro que a proposta apresentada para esta dispensa está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

() Declaro que possuo cadastro prévio no Sistema de Credenciamento de Fornecedores (SICREF) do município do Recife

3.7- A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Constitui objeto à aquisição de 200 camisas personalizadas com a arte, a serem utilizadas pela Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação, nas condições e especificações abaixo:

ITEM	CADUM	QUANT	DESCRIÇÃO
1	15786	200	Camiseta unissex personalizada conforme a arte "Transformers" anexa. Tecido: 100% algodão, de alta qualidade, com gramatura mínima de 160 g/m ²

Especificação

1. Descrição Geral:

Modelo: Camiseta unissex personalizada conforme a arte "Transformers" anexa.

Tecido: 100% algodão penteado, de alta qualidade, na cor azul turquesa. O algodão penteado é conhecido por sua suavidade e durabilidade, proporcionando conforto e resistência ao uso diário.

Cor do Tecido: Azul Turquesa.

2. Impressão:

Tipo de Impressão: Silk screen de alta qualidade.

Frente e Costas: Impressão aberta em 1 cor, conforme a arte fornecida.

Mangas: Estampa localizada em 1 cor, conforme a arte específica para as mangas.

Durabilidade da Impressão: A impressão deve ser resistente a lavagens frequentes, mantendo a integridade e a nitidez da arte, sem desbotamento ou desgaste precoce.

3. Acabamento e Costura:

Costura: Costura reforçada nas áreas de maior desgaste, como ombros e laterais, utilizando linha de poliéster de alta resistência para evitar desfiamento ou rasgos.

Gola e Punhos: Gola redonda com acabamento em ribana reforçada, garantindo que a camisa mantenha sua forma após uso e lavagem. Os punhos das mangas devem ter acabamento duplo, proporcionando durabilidade adicional.

4. Tamanhos Disponíveis:

Tamanhos: A camiseta deve estar disponível nos tamanhos P, M, G, GG e XG, com respectivas quantidades 25, 75, 75, 20 e 5 conforme necessidade, garantindo uma ampla cobertura de numeração para todos os usuários.

5. Embalagem e Entrega:

Embalagem: Cada camiseta deve ser embalada individualmente em saco plástico transparente e resistente, com etiqueta identificando o tamanho.

Prazo de Entrega: 15 dias corridos.

Modelo: A fornecedora deverá apresentar uma versão modelo para verificação da qualidade antes da produção definitiva.

6. Garantia e Pós-venda:

Garantia: A empresa contratada deve oferecer garantia contra defeitos de fabricação e de impressão por um período mínimo de 30 dias após a entrega.

Suporte: Disponibilização de suporte para reposição ou ajuste de eventuais problemas encontrados nas camisas entregues.

7. Justificativa da Qualidade: A escolha de uma camisa 100% algodão com impressão em silk screen é ideal para atender a necessidade de uma camisa de alta qualidade, proporcionando conforto, durabilidade e um excelente acabamento. A boa costura e a resistência das cores após múltiplas lavagens são essenciais para garantir que a camiseta mantenha seu aspecto original por um longo período. Essa especificação visa garantir a entrega de um produto final que atenda aos padrões esperados, tanto em termos de qualidade do material quanto na fidelidade da arte "Transformers" anexa

2. JUSTIFICATIVA

A confecção de 200 camisas personalizadas com a arte "Transformers" é essencial para fortalecer e fomentar a cultura interna de inovação e transformação digital no âmbito da Prefeitura do Recife. Essas camisas serão um símbolo de pertencimento para todos os integrantes da Rede de Transformação Digital, institucionalizada via decreto, que reúne representantes de todos os órgãos do município, além de reconhecer e envolver as autoridades municipais no processo de transformação.

Proporcionar Sentimento de Pertencimento:

Ao vestir a camisa da Rede de Transformação Digital, os servidores sentirão que fazem parte de um movimento maior, voltado para o progresso e a inovação. Esse sentimento de pertencimento é crucial para a manutenção do engajamento e da colaboração entre os diferentes órgãos municipais.

Divulgação e Reconhecimento: As camisas também servirão para divulgar a existência e os objetivos da Rede de Transformação Digital, tanto internamente, entre outros servidores, quanto externamente, em eventos e apresentações. Elas ajudarão a dar visibilidade ao trabalho realizado, reconhecendo o esforço de todos os envolvidos.

Distribuição Justificada das 200 Camisas:

A Rede de Transformação Digital conta com aproximadamente 70 pessoas. A equipe da SECTI e da EMPREL, diretamente envolvidas na transformação digital, tem em torno de 100 pessoas. As 30 camisas restantes serão destinadas a autoridades municipais, incluindo prefeitos, secretários e vereadores, como forma de reconhecimento e para fortalecer o envolvimento dessas lideranças no processo de transformação digital.

Motivação e Engajamento:

A entrega de camisas personalizadas aos membros da rede e às autoridades funcionará como uma forma de reconhecimento pelo trabalho realizado, o que pode aumentar a motivação e o engajamento dos servidores. Um grupo que se sente valorizado tende a produzir resultados ainda melhores.

Conclusão:

A contratação da confecção de 200 camisas é fundamental para fortalecer a cultura de inovação e transformação digital dentro do município do Recife. As camisas não apenas promovem o senso de pertencimento e identidade entre os servidores e membros da Rede de Transformação Digital, mas também atuam como uma ferramenta de reconhecimento e engajamento para as autoridades municipais, contribuindo para o sucesso contínuo das iniciativas de transformação digital.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
SECRETARIA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
GERÊNCIA GERAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

“ Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Ressalvados, o DECRETO Nº 11.317, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022, que dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos. inciso II do caput do art. 75 - R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos). Como se vê, inteligentemente o legislador ressaltou hipóteses em que o processo licitatório por diversas razões poderia não se mostrar viável. Uma das hipóteses ressaltada por lei, contempla situações Da Dispensa de Licitação.

Assim, coadunando os fatos com as razões de direito acima apresentadas, não resta dúvida estar diante de uma legítima situação que suscita a dispensa de licitação, pois atende todos os requisitos para contratação direta, Justificando-se a pretensão administrativa em tela.

DO NÃO FRACIONAMENTO DE DESPESAS:

Declaro que a presente contratação direta não ocasiona fracionamento de despesas e nem compromete o orçamento financeiro pela respectiva unidade gestora com objetos da mesma natureza/ramo de atividade nos termos do artigo 75, § 1º da Lei 14.133/2021.

3.DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 O prazo de validade das propostas, são de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento das mesmas.

3.2 Os preços ofertados estão inclusos de todas as despesas diretas e indiretas que incidirão sobre o objeto deste termo.

3.3 Todos os preços foram apresentados em moeda corrente do país, inclusos todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros;

4. PRAZO DE ENTREGA

4.1 O prazo da entrega do objeto é de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da nota de empenho.

5. FORNECIMENTO

5.1 As 200 camisas personalizadas com a arte.serão disponibilizados com entrega imediata e integral durante o exercício financeiro de 2024, através de Nota de Empenho.

6.CONDIÇÃO DE ENTREGA

6.1 Conforme as especificações contidas no objeto deste Edital.

6.2 Em caso do equipamento estar em desacordo com as especificações exigidas, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor.

7.PAGAMENTO

7.1 O pagamento se dará de acordo com a nota fiscal / fatura apresentada, devidamente autorizada pelo gestor do contrato. Na referida fatura deve ser apresentado o detalhamento dos produtos entregues;

7.2 O pagamento fica condicionado ao atesto da nota fiscal, em observância ao que estabelece este edital;

7.3 O pagamento será realizado em um prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do atesto da devida nota fiscal / fatura referente ao determinado lote/item, observado o seguinte:

A nota fiscal somente será aceita se nela estiver discriminado detalhadamente os produtos fornecidos, devendo ainda estar acompanhada dos seguintes documentos: Inscrição no Cadastro de Pessoas físicas (CPF) ou Cadastro Geral de Contribuintes (CGC); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal; prova de regularidade para com a Fazenda Federal, estadual e Municipal do domicílio ou sede; prova de Regularidade relativa à seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho; A nota fiscal com defeitos ou vícios deverá ser retificada, substituída ou complementada, sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

7.4 O pagamento será efetuado através de ordem bancária em favor da CONTRATADA que indicará a instituição financeira

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Edital, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1 Efetuar a entrega do objeto e/ou execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Edital, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento das obrigações serão de responsabilidade da Contratada;

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, o objeto com avarias ou defeitos, nos termos do art. 119 da Lei 14.133/2021;

8.4 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, nos moldes do art. 120 da Lei 14.133/2021;

8.5 Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressaltados os entendimentos verbais que motivados pela urgência deverão ser, de imediato, confirmados por escrito;

8.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.8 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Edital;

8.9 Substituições de marcas de produtos apenas serão aceitas, em casos de descontinuidade do produto no mercado junto à ANVISA, bem como falta de matéria prima comprometendo a fabricação, certificada pelo respectivo fabricante. Em ambos os casos deverão ser emitidos pelo fornecedor documento comprovando a situação semelhante em outras instituições de mesmo porte. A marca oferecida para substituição, deverá atender às especificações técnicas previstas neste Edital;

8.10 Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos materiais médico-hospitalares objeto deste Termo.

10. HABILITAÇÃO

Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão de registro local (Junta Comercial), em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa, relativos à atividade a ser contratada, nos termos do art. 193, do Código Tributário Nacional, considerando-se que:

As empresas com domicílio ou sede no Município do Recife deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais, expedida pela Gerência de Arrecadação e Cobrança (GAC) da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife;

As empresas com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, através de Certidão(ões) Negativa(s) englobando todos os tributos pertinentes ao seu ramo de atividade e compatíveis com o objeto deste Termo;

As empresas com domicílio ou sede localizado em outro Município, e que também tiverem inscrição como contribuintes do Município do Recife, deverão apresentar a prova da regularidade municipal (na forma da alínea “b” e a CND emitida pelo GAC/SEFIN na forma da alínea “a” deste subitem.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa
Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal.

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União expedida conjuntamente pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais

previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda, emitida nos termos da legislação em vigor.

Prova Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/11 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

12. RAZÃO DA ESCOLHA

A escolha da empresa vencedora se dará em razão da sua especialização no fornecimento do item, bem como por apresentar a melhor proposta de preço global.

13. PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município do Recife, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21; As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

